

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

A MEDIAÇÃO EDITORIAL, DISPOSITIVOS E MATERIALIDADE: ALGUMAS IMPRESSÕES

Pedro Ivo Silveira Andretta (Universidade de São Paulo)

Edmir Perrotti (Universidade de São Paulo)

EDITORIAL MEDIATION, DEVICES AND MATERIALITY: SOME IMPRESSIONS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Essa pesquisa teve por objetivo apresentar as articulações existentes entre uma das modalidades de mediação cultural, a mediação editorial, e os regimes de informação no cenário brasileiro, tomando por base produtos editoriais produzidos pelo mercado de cultura no país. A partir da análise de elementos paratextuais, buscou-se compreender como a mediação editorial é interpelada e produtora de discursos (sentidos), apresentando-se como dispositivo cultural que se articula para tentar alcançar e responder às demandas de seu tempo e leitores. Para tanto, o trabalho discute conceitos de informação, cultura, mediação editorial, dispositivos e regimes de informação. Como aporte metodológico, utilizou a Análise do Discurso em sua perspectiva arqueológica, interrogando a materialidade de dispositivos gerados pela mediação editorial. Foram analisadas cinco obras produzidas pelo mercado brasileiro, considerando-se a materialidade de seus paratextos, tomados em dois aspectos: capa e título. Em nossos resultados, expomos algumas percepções sobre como a mediação editorial mobiliza a transtextualidade, como os dispositivos são interpelados e produtores de discursos e quais regimes de informação condicionam as materialidades, destacando cinco práticas, processos e dinâmicas culturais. Ao final, elencamos possibilidades de pesquisas que aprofundem as características, fluxos e regulações da mediação editorial e dos seus dispositivos, além de apontar para a necessidade de análises diacrônicas de modo a compreender como essas mediações tem se transformado no mercado brasileiro, procurando responder às exigências dos públicos leitores e dos meios audiovisuais e digitais.

Palavras-Chave: Mediação editorial; Dispositivos; Regime de informação; Mediação Cultural.

Abstract: This research sought to present the articulations existing between one of the modalities of cultural mediation, editorial mediation, and information regime in the Brazilian setting, being editorial products produced nationally by the culture market its starting point. From the analysis of paratextual elements, the aim was to understand how editorial mediation is interpreted and produces discourses

(senses), presented as a cultural device that articulates itself on trying to reach and reply to the demands of its time and readers. For such, the work confers concepts of information, culture, editorial mediation, devices and information regimes. As a methodological input, Discourse Analysis in its archaeological perspective was used, questioning the materiality of devices generated through editorial mediation. Five works fashioned by the Brazilian market were analyzed, considering the materiality of their paratexts taken in two aspects: cover and title. In our outcomes, we present some perceptions concerning how editorial mediation rallies transtextuality, how devices are interpreted as discourse producers, and which information regimes condition these materialities, by stressing five practices, processes and cultural dynamics. At the end, we set out research potentials that deepen the characteristics, outflow and regulations of editorial mediation and its devices while pointing to the need for diachronic analyzes in order to realize how these mediations have been shaping themselves in the Brazilian market, trying to respond to audience demands as well as audiovisual and digital media.

Keywords: Editorial mediation; Devices (Apparatus); Regime of information; Cultural mediation.

1 INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa, partimos do pressuposto que as publicações realizadas pelo mercado editorial se constituem como objetos culturais e que elementos transtextuais, como os paratextos, atuam como (parte de) um dispositivo de mediação e midiaticização cultural (PERAYA, 1999). Desse modo, estariam sujeitos às possibilidades e às coerções do dizer que, se identificadas e descritas, permitiriam avançar na compreensão de aspectos gerais dos processos e dinâmicas culturais próprios da “era da informação”, da mediação cultural e da mediação editorial.

Nesse contexto, na continuidade à pesquisa de Andretta e Perrotti (2017), é nosso objetivo apresentar a articulação da mediação editorial frente aos regimes de informação, isto é, compreender, minimamente, a construção paratextual do objeto livro, sua materialidade como uma forma de mediação e de dispositivo cultural. Assim, por extensão, pretendemos demonstrar como a mediação editorial é interpelada e produtora de discursos (sentidos), bem como apresentar os modos como o dispositivo editorial se articula para tentar alcançar e responder às demandas de seu tempo e leitores.

Para o cumprimento de nossos objetivos, dividimos o texto em quatro frentes. Na primeira, intitulada “Inquietações teóricas”, expomos alguns conceitos e mobilizações sobre informação, cultura, mediação editorial, dispositivos e regimes de informação. Na segunda, “Percurso metodológico”, descrevemos nossas escolhas metodológicas e analíticas para seleção, descrição e análise das materialidades, dos dispositivos/objetos de mediação. Na terceira, “Desdobramentos analíticos”, apresentamos alguns exemplos de como se dá essa

articulação da mediação editorial tendo em vista nossas inquietações e aporte metodológico. Na última seção, “Para um efeito de fim”, seguimos com uma síntese das constatações decorrente de nossas inquietações e constatações analíticas, destacando algumas questões que pretendemos responder futuramente.

2 INQUIETAÇÕES TEÓRICAS

A expressão cultura, conforme Cuche (1999), contrapõe-se a tudo o que não é da ordem da natureza, isto é, todo artefato ou prática resultante da ação e intervenção humana é da ordem da cultura. A informação, por conseguinte, como produto da ação e intervenção humanas, é, por extensão, um produto cultural. Decorre disso a possibilidade de considerar que todo fenômeno da informação se manifesta no terreno da cultura.

Buscando compreender o conceito de informação em nossa sociedade do “conhecimento-comunicação-informação”, Marteleto (2007) vislumbra duas vias, alternativas e conflitantes, para ele. Uma “primeira”, em que seu valor cultural, político, econômico é colocado como condição para o desenvolvimento da sociedade; e “outra”, na qual o conceito carece de densidade teórico-conceitual e expressão reflexiva. O autor assinala ainda que:

Informação é artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura. Por conta desse ordenamento gera memória, tem permanência e registro, carece de meio, organização, pedagogia e política. Tem enredamentos sociais e coletivos configurados pelas representações e ações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais. (MARTELETO, 2007, p. 15)

Disso resulta o entendimento de que toda informação possui uma materialidade, de que os textos, ao implicarem necessariamente informações, também exigem um suporte, uma materialidade que lhes sirva de veículo (CHARTIER, 2002), mesmo se considerarmos que informação e texto, apesar de imbricados, não são termos equivalentes. O texto é “a parte de um documento em que a informação é apresentada” (WERSING; NEVERLING, 1976, p. 96, tradução nossa), ou, como destaca Escarpit (1991) em seus estudos da informação e comunicação, ele possuem três funções: a função icônica, discursiva e documental.

De tantas definições possíveis sobre o conceito de texto, Orlandi (1995, p. 117) nos traz a de que este é uma peça de linguagem, uma unidade significativa, um objeto histórico que estabelece relação com o interdiscurso e com os sentidos, ou seja, é “lugar de jogo de sentido, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade”. Assim, os textos remetem a outros textos (BAKHTIN, 1997; 2009) e também a práticas discursivas (FOUCAULT, 1996; 2008).

Em suas discussões sobre os textos e seu funcionamento, Genette (2010, p. 13-21) aborda a transtextualidade, isto é, “a transcendência textual do texto”, ou ainda, “tudo que o coloca em relação, manifesta ou secreta, com outros textos”, discernindo nela cinco categorias: (1) a intertextualidade, entendida como a “presença efetiva de um texto em outro”; (2) a paratextualidade, considerada um “aparato (variável) e por vezes um comentário, oficial ou oficioso”; (3) a metatextualidade, que “une um texto ao outro do qual ele fala; (4) a hipertextualidade, compreendida como “toda relação que une um texto B a um texto anterior A”; e (5) a arquitekstualidade, que “articula apenas uma menção paratextual [...] de caráter puramente taxonômico”. Essas categorias, como o próprio teórico indica, não são estanques, mas se comunicam, se atravessam e se relacionam.

Um item informacional, um objeto bibliográfico, um texto:

[...] raramente se apresenta nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro. (GENETTE, 2009, p. 9)

O uso desses elementos que acompanham e estendem o texto, os chamados “paratextos”, são insumo para a mediação editorial. Assim, Salla (2016) indica que esses elementos compõe uma importante estratégia para a construção dos sentidos dos textos, e Andretta e Perrotti (2017) chamam a atenção para a observação desses elementos em sua relação com os processos de apropriação da informação, mediação cultural, construção e negociação de sentidos entre o texto, o sujeito leitor e o mundo.

A mediação cultural, como propõe Coelho (2014), promove a aproximação entre indivíduos e coletividades com a obra, podendo ser desenvolvida de modos diversos, entre eles como fabricação cultural. Essa “aproximação” não se esgota em mera transmissão, canal que une emissor e receptor na perspectiva do esquema clássico de comunicação ou da teoria da informação, tal como apresentado por Vanoye (1981) e Shannon (1948), mas é antes uma ação criadora. Nesse aspecto, Perrotti e Pieruccini (2014, p. 10) destacam que “a mediação não é somente um ato “funcional” ou de âmbito restrito; é também discurso, ato de produção de sentidos que se realiza no campo amplo e dinâmico da cultura”.

A mediação editorial gesta e gera produtos editoriais, isto é, produtos midiáticos, de comunicação. Como recorda Peraya (1999, p. 155), “todo ato de comunicação é parte de uma interação social, que por sua vez ocorre em um sistema maior de relações sociais”. Nesse aspecto, a mediação editorial parece atuar como um “dispositivo”, tal como entendido por Foucault (2000).

A compreensão do “dispositivo” é retomada por Agamben (2005, p. 9-10), que sintetiza a noção foucaultiana em três aspectos:

- 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. a dispositivo em si mesmo e a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.
- 3) É algo de geral (um *reseau*, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.

Assim, vemos que a mediação editorial atua como um instrumento de informação, de saber e poder à medida que seleciona, recorta, aglutina e organiza toda uma transtextualidade para a construção discursiva de uma obra bibliográfica, na expectativa de dar visibilidade àquilo que se quer dizer ao leitor. A mediação editorial, como parte da mediação cultural, é, por extensão, um ato de criação e produção de sentidos. Entretanto, é importante lembrar que essa ação criadora, produtora funciona, tal como coloca Bakhtin (1997), apenas como intenção, projeto de dizer em um movimento “dialógico”. Também nesse sentido, Certeau (1998, p. 268) pontua que “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos”. Resulta daí dizer que, no movimento de leitura, os sentidos se dão na interação do projeto de dizer dos vários mediadores – do capista, ilustrador, diagramador, revisor, etc., (sob o comando do editor) - com a consciência do leitor, povoada por suas experiências linguísticas e sociais.

A ação criadora da mediação editorial, na condição de produção discursiva, deve operar dentro das possibilidades da “ordem do discurso”, tal como descrita por Foucault (1996), isto é, segundo alguns princípios coercitivos (históricos, culturais, materiais, técnicos, linguísticos, etc.) que regulam todo e qualquer dizer. A este respeito, Chartier (2010, p. 21-22) afirma que, no século XVII, os tratados e comunicações voltados à arte tipográfica insistiam na divisão de tarefas (uns tiravam, outros corrigiam compunham, revisavam, etc.), na qual não cabia ao autor

o papel principal, de tal modo que a “historicidade primeira de um texto é a que lhe vem das negociações estabelecidas entre a ordem do discurso que governa sua escrita, seu gênero, seu estatuto, e as condições materiais de sua publicação”. Hoje, parece-nos que esse aparato logístico para a elaboração do produto editorial do século XVII continuaria sobrevivendo, em vários aspectos, apesar das transformações significativas do mercado de publicações. As negociações que governam a mediação editorial talvez não sejam outras que aquelas dos regimes de saber-poder depreendidas das análises de Chartier ou de outros autores abordados no domínio da Ciência da Informação.

Dos vários conceitos que vem sendo utilizados na área informacional, Bernd Frohmann, alinhando-se sobretudo à Teoria Ator-Rede (Actor Network Theory (ANT)), de Bruno Latour e Michel Callon, lança a noção precursora de regime de informação que:

[...] pode ser definido como qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais (de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas) para consumidores ou usuários específicos. (FROHMANN, 1995, p. 5-6)

Embora Frohmann (1995) não remeta diretamente a Foucault em sua elaboração teórica, podemos compreender esses “determinados canais” a que se refere o autor como os próprios “dispositivos” estudados pelo filósofo francês. Ainda sobre essa relação entre ambos os teóricos, no percurso intelectual de Frohmann, vemos o aprofundamento das noções dos estudos do discurso e práticas documentárias via perspectiva foucaultiana. Além disso, a correlação do pensamento de Frohmann e Foucault foi abordada recentemente por Ferrando e Freitas (2017).

Desse modo:

Dentro do contexto de Ciência da Informação, o regime de informação se configura como uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços. (BEZERRA et al, 2016, p. 61)

Apresentado esse trajeto teórico, seguimos para o nosso percurso metodológico, apresentando as escolhas analíticas mobilizadas para descrever e compreender como a mediação editorial e os dispositivos agem e interagem junto aos regimes de informação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

De início, parece-nos que são várias as opções para alcançar nosso objetivo. Apontamos três vias: interrogando os leitores (receptores), os mediadores editoriais (produtores) e o próprio produto editorial (dispositivo). A primeira dessas vias seria levantar, por meio de entrevistas e depoimentos de leitores, quais os artifícios percebidos na mediação editorial; a segunda, questionar os envolvidos na elaboração do produto editorial sobre quais os recursos, especificações e artifícios foram mobilizados para sua criação; e a terceira, analisar as técnicas e estratégias textuais articuladas na construção do livro pelo próprio produto editorial/objeto cultural.

Dito isso, se optássemos pela terceira via, teríamos tanto metodologias de leitura, análise de corpora, orientadas desde a estética da recepção até semiótica. E entre esses dois limites, a Análise do Discurso.

A Análise do Discurso é uma perspectiva teórico-metodológica dedicada ao exercício da descrição e interpretação do simbólico, seja nos limites da formulação seja nos limites da circulação dos textos, logo, dos discursos, mediante o reconhecimento da linguagem e de sua relação com a história. Nessa perspectiva, compreende-se que as formas simbólicas são culturais e históricas, e que é por meio de sua indissociabilidade (língua e história) que são produzidas as significações/interpretações desses objetos simbólicos.

Os estudos da Análise do Discurso, conforme Possenti (2001), ocupam-se da descrição do simbólico em duas vertentes: uma mais voltada a pensar a circulação dos textos e outra a produção de sentido propriamente dita. A primeira vertente tem como foco os dispositivos de circulação dos textos, privilegiando questões como “por que determinados textos circularam em determinadas épocas, suportes e públicos” e “por quais razões (técnicas, sociológicas, econômicas etc.) isso ocorre”, sem se ocupar diretamente da questão do sentido. Já a segunda, privilegia questões como as condições de produção dos textos, o funcionamento das instituições que controlam sua produção e sua interpretação, a relação do discurso com seu exterior específico, a condição de opacidade da língua e, enfim, a proliferação/contenção dos sentidos.

Das várias perspectivas possíveis de se pensar as questões discursivas por meio da Análise do Discurso, optamos pelos princípios arqueológicos de Foucault (2008), que se fixa na descrição do arquivo discursivo. Nesses termos, convém resgatar a entrevista de Foucault (2008a, p. 145-146) em que o historiador explica que o emprego da palavra “arqueologia” no título da obra o embarça um pouco, à medida que ela sugere dois temas que não são

exatamente seus: primeiro, o da relação com o tema da origem, da busca pela “origem primeira” de determinados saberes, quando, na realidade, o teórico procura os “começos relativos”, as instaurações e transformações; segundo, o da imagem de escavações, posto que o filósofo não procura relações “secretas”, “escondidas”, mas sim “relações que estão na própria superfície dos discursos”, ou ainda, como ele mesmo diz: “tento tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (citação). E pondera:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 2008, p. 157)

Na perspectiva arqueológica da Análise do Discurso, o enunciado é compreendido como a menor parte que se pode identificar em um discurso, podendo ele não só ser isolado, mas também relacionar-se com outros elementos semelhantes a ele. Segundo Foucault (2008, p. 98):

[...] o enunciado [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).

Uma sequência de elementos linguísticos ou qualquer conjunto de signos é considerado enunciado se estiver no interior de um campo enunciativo, relacionando-se com outras sequências de elementos linguísticos. É “o campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, e forma uma trama complexa” (FOUCAULT, 2008, p. 111). A identidade (ou não) de um enunciado liga-se, desse modo, à sua filiação (ou não) a um domínio associado de outros enunciados que o delimitam quanto a sua significação, uma vez que:

[...] ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, [o enunciado] aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga (FOUCAULT, 2008, p. 118-119).

Podemos observar um único enunciado e sua multiplicidade de materialidades quando vemos um texto e suas diversas traduções, ou ainda, uma informação e as suas diversas formas de transmissão. Assim, desde que essas novas formas conservem seu conteúdo enunciativo e suas possibilidades de uso, trata-se do mesmo enunciado.

O enunciado depende, portanto, mais da ordem de instituições materiais que possibilitam essa repetição do que da semelhança/identidade formal. Sobre isso, Foucault (2008, p. 116) esclarece:

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis.

Em resumo, os enunciados detêm uma natureza histórica que se revela devido às condições de produção, e uma materialidade, entendida como a forma pela qual este enunciado está registrado, ou ainda, a forma pela qual se mostra aos analistas como substância analisável. A materialidade tem uma função importante no estudo do discurso, uma vez que ela é parte fundamental na constituição do enunciado, ao lado de outros elementos, a saber, o sujeito que enuncia, a série a que pertence o enunciado e o campo associado a que ele se filia.

Escolhido o percurso, selecionamos como “arquivo” para nossas análises cinco obras literárias produzidas no Brasil, consideradas representativas¹ de diferentes gêneros e estilos e que circularam ou ainda circulam em livrarias e bibliotecas. Dito isso, escolhemos duas edições do romance “Dom Casmurro”, de Machado de Assis, a *graphic novel* “Star Wars: Episódio IV: Uma nova esperança”, de Archie Goodwin, a novela “A princesa, o cafajeste e o garoto da fazenda”, de Alexandra Bracken, e a coletânea “Medos Clássicos”, de Edgar Allan Poe. Dessas obras, nos atemos, particularmente, a alguns de seus elementos paratextuais, mais especificamente, à capa e título, para sinalizarmos como a mediação cultural-editorial/dispositivo opera dentro de um regime informacional e enuncia práticas, processos e dinâmicas culturais próprios da “era da informação”.

¹ Sobre a escolha dos itens que consideramos mais representativos para compor o arquivo, recordamos o prefácio do primeiro livro da coleção “La vie des hommes infâmes”, no qual Foucault, ao tratar sobre a seleção da sua antologia de “poemas-vidas”, declara: “a escolha que nele se encontrará não seguiu outra regra mais importante do que meu gosto, meu prazer, uma emoção, o riso, a surpresa, um certo assombro ou qualquer outro sentimento, do qual teria dificuldades, talvez, em justificar a intensidade, agora que o primeiro momento da descoberta passou” (FOUCAULT, 2006, p. 202).

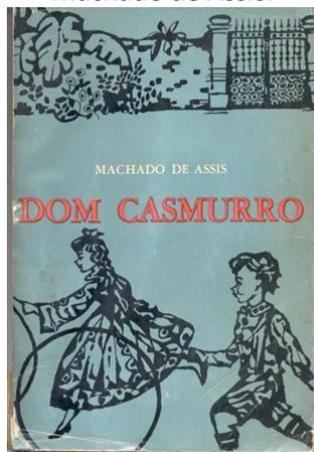
Em nossa análise, apoiamo-nos metodologicamente na concepção de enunciado proposta por Foucault (2008), que o define como menor unidade do discurso e a partir do qual se pode apreender os discursos – isto é, a práticas que obedecem a regras, a exemplo das atividades, processos e dinâmicas culturais, que a sustentam e que definem sua significação, se o considerarmos em suas diversas materialidades e segundo seu funcionamento regulado pelos regimes de saber-poder-informação, a partir das quais eles são produzidos e significados. Nesse aspecto, vamos analisar as mediações editoriais em sua materialidade peculiar de dispositivo, constituído por determinados elementos paratextuais. Assim, buscaremos depreender as injunções de ordem material, manifestas pela mediação editorial e pelo dispositivo, e regulados pelo regime de informação que atuam sobre o que é enunciado sobre as práticas e processos e dinâmicas culturais no nosso tempo.

Expostas nossas escolhas metodológicas, seguimos com os desdobramentos analíticos.

4 DESDOBRAMENTOS ANALÍTICOS

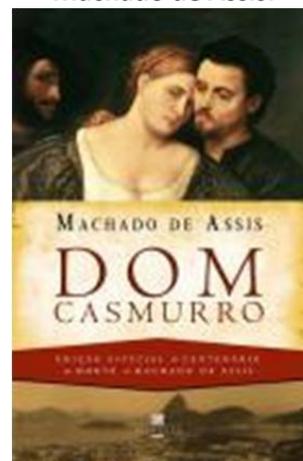
Nas Figuras 1 e 2, temos duas capas de diferentes edições do romance “Dom Casmurro”, de Machado de Assis, duas materialidades para um mesmo enunciado. Na primeira, publicada em meio à ditadura militar, vemos a figura de duas crianças brincando em frente a um portão; na segunda, publicada na primeira década dos anos 2000, em um regime democrático, às voltas do centenário de morte de Machado de Assis, vemos a imagem de três pessoas e o Rio de Janeiro.

Figura 1: Capa de Dom Casmurro de Machado de Assis.



Fonte: Cultrix – 1967.

Figura 2: Capa de Dom Casmurro de Machado de Assis.



Fonte: Elevação – 2008.

Nessas figuras, verificamos a mediação editorial agindo por meio da paratextualidade (haja vista nossa análise incidir sobre o elemento paratextual “capa”), mas também da

hipertextualidade. Conforme exposto anteriormente, a “hipertextualidade” para Genette (ano) une um texto B a um texto anterior A. Essa relação, união, derivação pode acontecer, conforme o autor, de duas maneiras:

Essa derivação pode ser de ordem descritiva e intelectual, em que um metatexto (por exemplo, uma página da poética de Aristóteles) “fala” de um texto (Édipo rei). Pode ser de uma outra ordem, em que B nada fala de A, no entanto não poderia existir sem A, do qual ele resulta, ao fim de uma operação que qualificarei, provisoriamente ainda, de transformação, e que, portanto, ele evoca mais ou menos manifestadamente, sem necessariamente falar dele ou citá-lo. (GENETTE, 2010, p. 18)

Assim, a hipertextualidade é tensionada tanto na Figura 1 quanto na Figura 2. Na primeira, é retomada uma cena da infância na capa da publicação. Caldwell (2002) recorda que o personagem Dom Casmurro gasta em torno de dois terços da narrativa abordando impressões sobre Capitu ainda criança. Na segunda, é retomado o espaço da narrativa e os capítulos “CXXXI - Anterior ao Anterior”, “CXXXII - O Debuxo e o Colorido”, “CXXXIX - A Fotografia” e “CXLV – O Regresso”, do próprio romance.

Nessa série, podemos ainda verificar o dispositivo, gerado pela ação da mediação editorial, operacionalizando a produção de sentidos inscritos em diferentes formações discursivas, isto é, em conjuntos de enunciados. Na Figura 1, a presença das imagens de crianças na capa sugere que a obra trate de um tema infantil, ou ainda, que seja uma obra de literatura infantil. Na Figura 2, temos a indicação do cenário da narrativa e a sugestão de um suposto triângulo amoroso. Sobre essa segunda capa, Andretta e Gaspar (2012, p. 47) já pontuavam suas leituras, afirmando:

O modo como foi disposta a posição dos sujeitos na narrativa, porém, revela duas leituras para essa trama que é apresentada nesse romance: uma primeira, que diz respeito à provável traição, isto é, Bentinho ao lado de Capitu, e Escobar “com os olhos” voltados para Capitu. Em outra, encontra-se o sujeito Bentinho ao fundo “olhando” para a traição de Capitu com seu amigo Escobar.

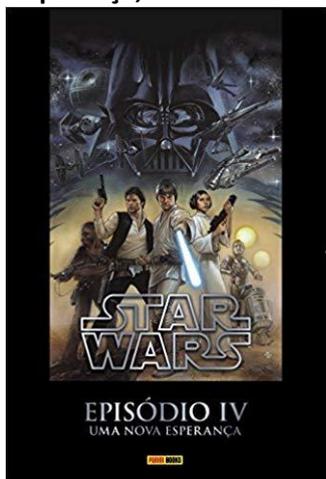
Nesses casos, o dispositivo revela as condições de produção do texto, isto é, grosso modo, revela a exterioridade e o processo histórico-social no qual estão inseridos os sujeitos que enunciam e que falam o que falam em função de sua inserção/comprometimento com formações discursivas específicas (PECHEUX, 2008). Assim, a capa do romance de 1967, produzida em meio ao regime militar, parece indicar vestígios da censura própria da época, atuante na preservação “da moral e dos bons costumes”, e a qual silencia e apaga as possibilidades de leitura que indiciam o tema do adultério ou ainda os problemas sociais da época. Já na capa de 2008, produzida em um regime político democrático, em uma época mais

aberta à liberdade de expressão e em uma cultura na qual o “adultério” é midiaticizado, a exemplo das novelas em horário nobre e de programas como “Eu vi na TV” e “Teste de Fidelidade”², há a possibilidade de sugerir no paratexto o enunciado da traição/adultério; ademais, as condições de produção são nitidamente marcadas na capa de 2008, onde se lê: “Edição especial - centenário de morte de Machado de Assis”. Como é possível depreender em ambos os casos, os regimes de informação marcam-se pelas regras de poder, próprias dos governos políticos e das possibilidades culturais, bem como pela gestão política da informação, norteada pelas especificidades próprias da circulação da época e do público ao qual se dirigem.

Em função dessa explanação, no que tange as práticas, processos e dinâmicas culturais verificamos que as intervenções de mediação editorial e configuração de seus dispositivos são condicionadas pelas possibilidades de liberdade de expressão, pelas transformações culturais no trato de alguns temas e pelos acontecimentos históricos e políticos.

Nas Figuras 3 e 4, temos as capas de dois produtos editoriais, duas materialidades cujos enunciados são derivados do quarto episódio da saga *Star Wars*, de George Lucas. Na primeira, na forma de *graphic novel*, elaborada por Archie Goodwin, a capa traz elementos que remontam diretamente ao filme; na segunda, na forma de uma novelização *young-adult*, escrita por Alexandra Bracken e intitulada “A princesa, o cafajeste e o garoto da fazenda”, são apenas sugeridos os três personagens da trama, além da logomarca da série.

Figura 3: Capa de Star Wars: Episódio IV: Uma nova esperança, de Archie Goodwin.



Fonte: Panini – 2015.

Figura 4: Capa de A princesa, o cafajeste e o garoto da fazenda, de Alexandra Bracken.



Fonte: Seguinte – 2015.

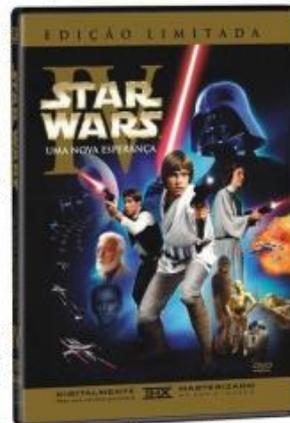
² Ambos programas extintos da RedeTV!, apresentados por João Kleber entre 1999 e 2015, com interrupções.

Figura 5: Poster Star Wars (1977).



Fonte: Site “Original Vintage Movie Posters”

Figura 6: Capa do DVD - Star Wars: Episódio IV: Uma Nova Esperança - 2 Discos (2010).



Fonte: Acervo pessoal

A mediação editorial também age nessas figuras por meio da paratextualidade, hipertextualidade, intertextualidade e arquitextualidade. A hipertextualidade é marcada nas duas capas pela presença, ainda que sob a forma de silhuetas, dos personagens da trama. A intertextualidade é evidenciada na Figura 3, a *graphic novel* de Goodwin, quando esta retoma imagens muito semelhantes às aquelas veiculadas ao Pôster de 1977 (Figura 5) e à capa do DVD de 2010, ambas do filme Star Wars. A arquitextualidade está presente na Figura 4, sob a forma do paratexto “Star Wars: uma nova esperança”, que orienta o leitor sobre o estatuto ao qual o texto pertence, uma vez que o título da obra é “A princesa, o cafajeste e o garoto da fazenda”³.

Nessa segunda série, podemos ainda verificar que o dispositivo operacionaliza a reprodução de sentidos. Tanto na capa da *graphic novel* quanto na novelização *young-adult* são evocados os protagonistas da obra, sendo que o título da novelização remete a uma formulação de título bem conhecida do público jovem, a exemplo da série Harry Potter⁴ ou das As Crônicas de Nárnia, na menção feita a “O Leão, a Feiticeira e o Guarda-Roupa”. Nesses termos, o dispositivo revela a articulação da memória discursiva, isto é, grosso modo, um suporte semântico de um discurso, que funciona por meio da repetição de enunciados, constituindo uma “regularidade enunciativa” (PECHEUX, 2008).

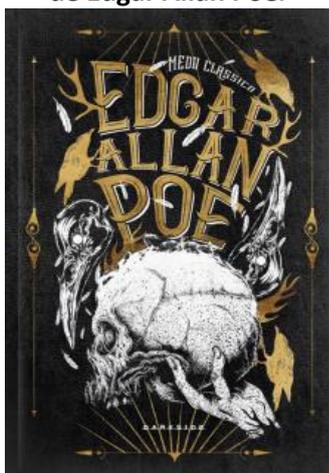
³ Importante destacar que, na página de rosto, temos o título “A princesa, o cafajeste e o garoto da fazenda” e os subtítulos “Star Wars: uma nova esperança como você nunca viu”.

⁴ Recordando a construção dos títulos: Harry Potter e a Pedra Filosofal, Harry Potter e a Câmara Secreta, Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban, Harry Potter e o Cálice de Fogo, Harry Potter e a Ordem da Fênix, Harry Potter e o Enigma do Príncipe, Harry Potter e as Relíquias da Morte.

A memória discursiva, como vemos, atravessa todo o campo de associações que ilustramos: o pôster remete ao filme, a capa do DVD e a capa do livro aludem ao pôster. Esses retornos compõem também uma estratégia para chamar rapidamente a atenção dos fãs das sagas, para mostrar que aquele texto-documento pertence ao universo da franquia, confirmar ao interlocutor que a narrativa será a mesma já conhecida. Por outra perspectiva, tal como Straccia (2007) e Reimão (2011) se referem em seus estudos da comunicação, temos no exemplo citado ações da mídia editorial buscando vinculações com a mídia cinematográfica e televisiva, ou seja, um regime transmidiático que aposta na hibridização cultural, própria da contemporaneidade.

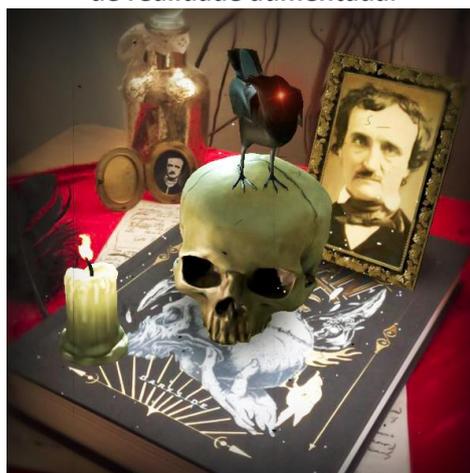
Por fim, nas Figuras 7 e 8, vemos uma mesma edição da coletânea “Medo Clássico”, de Edgar Allan Poe. Na Figura 7, a capa da coletânea destaca visualmente o nome do autor e uma composição constituída por um crânio/caveira e corvos; na Figura 8, verificamos a mesma capa da Figura 7, com o detalhe de uma projeção feita com recursos de realidade aumentada, utilizando um aplicativo de smartphone próprio da editora. O fenômeno da materialidade do enunciado, aqui, é bastante particular, uma vez que a capa da coletânea é uma materialidade que enuncia sobre aspectos do conteúdo do livro (Figura 7), já a projeção é também uma materialidade, mas seu enunciado é o próprio livro (Figura 8).

Figura 7: Capa da coletânea Medos Clássicos de Edgar Allan Poe.



Fonte: DARK SIDE BOOK – 2018.

Figura 8: Detalhe da capa utilizando recursos de realidade aumentada.



Fonte: DARK SIDE BOOKS – 2018.

Nessas figuras, vemos a mediação editorial agindo por meio da paratextualidade e da metatextualidade. Na Figura 8, a metatextualidade, que, como vimos, une um texto a outro do

qual ele fala, manifesta-se na projeção, via realidade aumentada, do retrato do autor e do corvo que dá título a uma de suas obras.

A mediação editorial, nesse caso, constrói-se na interação com os recursos digitais/multimídias e agrega valor ao dispositivo, que passa a operacionalizar a complementação da experiência do leitor, atuando, ao mesmo tempo, na reprodução/fixação de sentidos do texto. Temos, então, o regime de informação que se firma na interação com a tecnologia e se volta para um público aparentemente específico e acostumado a ela: o “nativo digital” e colecionador do impresso.

As práticas, processos e dinâmicas culturais apresentados mostram as mídias impressas se empenhando em criar meios para alcançarem públicos já acostumados com a tela, sem precisar migrar definitivamente para o espaço digital. Tentam, desse modo, encontrar formas que as aproximem dos meios digitais, procurando proporcionar experiências sinestésicas fornecidas em abundância pela rede.

5 PARA UM EFEITO DE FIM...

Neste trabalho, tomamos como objetivo apresentar as articulações da mediação editorial frente aos regimes de informação e também discutir como esta forma de mediação compõe e é parte de um dispositivo interpelado e produtor de discursos. Para tanto, analisamos a construção paratextual de algumas obras, visando a descrever como essas materialidades são atravessadas por diferentes transtextualidades, regimes de informação e discursos que caracterizam as práticas, processos e dinâmicas culturais da “era da informação”.

Em nossas inquietações teóricas, partimos da compreensão da informação como um artefato, produto e fenômeno cultural e abordamos a distinção entre informação e texto, assinalando que a informação é parte do texto e que ambos demandam uma materialidade que lhes dê forma e sentido. Considerando a noção de texto, apresentamos o funcionamento da transtextualidade e a importância dos paratextos no âmbito da mediação editorial. Conforme refletimos, a mediação editorial é uma forma de mediação cultural e, por conseguinte, constitui e gera um dispositivo. Esse dispositivo, tal como o entendemos, configura-se tanto em função dos próprios processos de escolhas que caracterizam as atividades da mediação editorial, quanto da materialidade resultante da intervenção mediadora, estando ambos, todavia, subordinados aos regimes de informação que articulam as relações de saber-poder.

Em nosso percurso metodológico, evidenciamos alguns caminhos para abordar os objetos teóricos e empíricos escolhidos, apresentando a Análise do Discurso como opção para interrogar a materialidade da mediação editorial. Isso posto, oferecemos um panorama geral da Análise do Discurso e optamos pela perspectiva arqueológica, descrevendo seus interesses e conceitos para instrumentar as análises. Fixamo-nos nos conceitos de enunciado, materialidade e discurso, e entendendo este último como práticas que obedecem a regras e, nesse sentido, a perspectiva arqueológica foi útil para descrever as injunções (regimes de informação) que atuam na mediação editorial e para a compreensão de como as materialidades paratextuais revelam práticas, processos e dinâmicas culturais.

Em nossos desdobramentos analíticos, discorremos sobre cinco produções brasileiras, atendo-nos, particularmente, à materialidade de seus paratextos “capa” e “título”. Desse modo, expusemos algumas percepções sobre como a mediação editorial mobiliza a transtextualidade e verificamos como os dispositivos são interpelados e produtores de discursos. Seguimos com as análises pontuando os regimes de informação que condicionam as materialidades, destacando as práticas, processos e dinâmicas culturais enunciadas em cada série.

Em nossas análises, pudemos verificar que a mediação editorial articula elementos paratextuais atravessados por todos os modos de transtextualidade e que essas escolhas constituem discursivamente os dispositivos. Os dispositivos editoriais operam na produção, reprodução e fixação de sentidos e são perpassados pelos regimes de informação, que os condicionam a regras de poder, gestão e política da informação e uso de tecnologias.

Sobre as práticas, processos e dinâmicas culturais identificadas por meio de nossas análises, verificamos que:

- As intervenções de mediação editorial e a configuração de seus dispositivos são condicionadas pelas possibilidades de liberdade de expressão, pelas transformações culturais no trato de alguns temas e pelos acontecimentos históricos e políticos.
- As práticas da mediação editorial, o uso da transtextualidade e a ação do dispositivo no empenho da articulação da memória discursiva e reprodução de sentidos são compartilhados por outros tipos de mediação e dispositivos.
- As mídias impressas, nos casos estudados, se empenham em criar meios para alcançarem públicos já acostumados com a tela, sem precisar migrar definitivamente para o espaço digital; buscam se aliar aos meios digitais, procurando proporcionar o que a rede fornece em abundância.

Os resultados da presente pesquisa abrem caminhos promissores para sua continuação e aprofundamento a partir da análise detalhada de outros marcadores da mediação editorial não abordados neste trabalho. Nesses termos, será possível avançar na conceituação da mediação cultural e na caracterização das regulações dinâmicas e múltiplas de seus dispositivos. Conceito central nas problemáticas informacionais de tempos cada vez mais mediados, a mediação cultural necessita superar os patamares instrumentais em que se encontra e é nessa direção que a evolução do presente trabalho aponta.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra travessia**, Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743> >. Acesso em 02 ago. 2018.
- ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; GASPAR, Nádea Regina. Um olhar discursivo nas capas de livros: diálogos entre as imagens e as palavras em “Dom Casmurro”. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 2, p. 37-49, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/18516>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.
- ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; PERROTTI, Edmir. Nos limites do paratexto: possibilidades para refletir a mediação e a apropriação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2018, Marília. **Anais eletrônico...** Marília, 2017. Disponível em: < <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/600/1223> >. Acesso em: 26 jul. 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BEZERRA, Emy Porto et al. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-81, 2016. Disponível em: < <http://www.brapci.inf.br/v/a/20050> >. Acesso em: 02 Ago. 2018.
- CALDWELL, Helen. **O Otelô brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro**. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2015.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2014.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- ESCARPIT, Robert. **Théorie générale de l'information et de la communication**. Paris: Hachette Université, 1991.

FERRANDO, Thays Lacerda; FREITAS, Lidia Silva de. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2018, Marília. **Anais eletrônico...** Marília, 2017. Disponível em: < <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/542/1079> >. Acesso em: 26 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**: pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2 edição. Organização de Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos, III).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. 2. edição. Organização de Manoel Barros da Motta, tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. (Ditos e Escritos II).

FROHMANN, Bernd. Talking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (Eds.). ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta, Proceedings... 1995. Disponível em: < <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/documents/taking%2520information%2520policy%2520beyond%2520information%2520science.pdf> >. Acesso em: 16 jul. 2014.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Atelie Editorial, 2009.

MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 13-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 109-116, 1995 Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365> >. Acesso em 05 fev. 2017.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PERAYA, Daniel. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. **Hermès**, La Revue, n. 25, p. 153-167, 1999. Disponível em: < https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=HERM_025_0153 >. Acesso em 20 jan. 2017.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: < [doi:10.5433/1981-8920.2014v19n2p01](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p01) >. Acesso em: 16 jul. 2018.

POSSENTI, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar**: Espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras-ALB, 2001.

REIMÃO, Sandra. Da TV ao livro: desdobramentos da ficção televisiva brasileira. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 22, p. 99-115, 2011. Disponível em: <
<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/222/219> >. Acesso em: 03 ago. 2018.

SALLA, Thiago Mio. **Graciliano Ramos e a cultura política**: mediação editorial e construção de sentido. São Paulo: EdUSP, 2016.

SHANNON, Claude. E. **A mathematical theory of communication**. The Bell System Technical Journal, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October, 1948. Disponível em: <
<http://math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf> >. Acesso em 23 fev. 2018.

STRACCIA, Carlos. As marcas que se imprimem na capa de livros adaptados para o cinema e para a televisão, 2007. 150 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Multimídia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**: Problemas e técnicas na produção oral e escrita. Martins Fontes, 1981.

WERSING, Genot; NEVERLING, Ulrich. **Terminology of documentacion**. Paris: UNESCO, 1976